

CREA/MG SOMENTE para os itens relativos à sonorização e iluminação e palco . Isto posto, nos itens em pertinentes há uma notória discrepância, haja vista trata-se de parte elétrica e estrutural; não sendo compreensível o fato dessa exigência não ser estendida aos itens pertinentes às tendas.

Dessarte, é mister ressaltar que a responsabilidade técnico- profissional de montagens e desmontagens elétricas são, totalmente, diferentes da responsabilidade técnico- profissional Civil; o que ceifa e afronta o princípio da competitividade de empresas cujo CNAE apresenta somente a atividade estrutural ou de sonorização e iluminação, a qual se cumpre o crivo legal do CREA/MG.

Outrossim, o mesmo enfoque se repete nos itens, onde no descritivo consta “TENDAS”, e neste caso de responsabilidades técnico- profissionais estranhamente não foi requisitado o registro no CREA/MG. Assim, torna-se tendencioso o fato de se exigir a alguns e não a todos os itens, visto que a Lei 5.194/66 que regulamenta as atividades técnico profissionais para locação de estruturas itinerantes abrange da mesma forma prestadores de serviços de locação de sonorização e iluminação (com registro de engenheiros elétricos) e serviços de locação de tendas , palcos e outras estruturas similares (com registro de engenheiros civis) impossibilitando empresas a demandarem de forma isonômica no processo licitatório. Por conseguinte, o instrumento convocatório traz-nos às solicitações documentais, pois no item 10.1 solicita de maneira correta e pertinente o registro no CREA (elétrico) e no CREA (civil) acrescidos dos atestados técnicos de cada atividade e profissional , objeto social das licitantes; porém não solicita certidão àquelas empresas que far-se-ão concorrência a locação de tendas.

Ainda, no item 22 DISPOSIÇÕES GERAIS percebemos uma intenção extremamente legítima e louvável em assegurar uma competitividade isonômica e com respaldos legais entre as empresas , com a solicitação INTRÍNSECA de indicações das instalações, aparelhamentos e pessoal técnico de cada empresa licitante , POIS não permitirá a subcontratação dos serviços licitados; o que , sem dúvida, selecionaria empresas realmente preparadas em âmbito não só documental, mas também, e principalmente, com aparatos a prestar um serviço e respaldo material idôneo, respeitoso ao que concerne e permite às subcontrações pela de lei de licitação.

III- Direito

Conforme acima já destacado, consta no edital requisitos documentais pertinentes e legítimos , conforme Lei 5.194/66 artigos 59 e 60. Não obstante, mistura atividades da gama Engenharia Elétrica com atividades de Engenharia Civil, o que forçosamente elimina empresas cuja atividade comercial destine-se somente a uma das esferas; ou seja, locação de implementos itinerantes (SOM, LUZ) na responsabilidade técnica de um engenheiro elétrico, ou na locação de estruturas itinerantes (TENDAS, PALCOS) com responsável técnico engenheiro civil, ambos os casos devidamente registrados na empresa e no conselho CREA/MG.

